

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.383.541 - CE
(2018/0273570-9)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : JOSÉ HUMBERTO RAULINO SILVEIRA
ADVOGADO : JOSÉ HUMBERTO RAULINO SILVEIRA - CE010275
EMBARGADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO : WILSON SALES BELCHIOR E OUTRO(S) - CE017314

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por JOSÉ HUMBERTO RAULINO SILVEIRA à decisão de fls. 476/477, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante:

Todavia, pede se digne-se V.Exa., em observar na espécie a real situação financeiro-econômica do recorrente, no sentido de não arbitrar e nem aumentar a condenação em verba honorária, por não ter a menor condição de suportar qualquer arbitramento ou majoração.

E, tal fato mais se destaca, tendo em vista, primeiro que o pedido de gratuidade não foi realizado de má-fé, pois além de ter durado o feito em tela de mais de 10 anos, foi ajuizado na qualidade de consumidor, contra uma instituição fortíssima, seu pleito era tão crível que chegou até a ser julgado procedente na primeira instância. (fl. 487).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Conforme dicação do Enunciado Administrativo n.º 7 deste Superior Tribunal de Justiça, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

Diante disso, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que, "Para fins de aplicabilidade do mencionado dispositivo, deve ser observada a data de publicação do

acórdão recorrido" (EDcl no AgInt no AREsp 1032264/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 16/02/2018.)

No caso, o acórdão que julgou as apelações, integrado pelos embargos de declaração, foi publicado no dia 16/04/2018, ou seja, após a vigência do Novo Código de Processo Civil. Portanto, aplicam-se as disposições da novel legislação ao caso concreto, no que concerne à fixação de honorários recursais.

Ademais, consta da decisão embargada que o recurso especial não foi instruído com a guia de custas e respectivo comprovante de pagamento, tampouco houve a comprovação, no momento da interposição, de que a parte litiga sob os efeitos da gratuidade de justiça.

Ressalte-se que, mesmo com o pedido de justiça gratuita efetuado às fls. 457, o recurso especial permanece deserto. Ainda que seja deferido o benefício neste momento processual, ele não terá o condão de regularizar o preparo do recurso especial, retroativamente, pois a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que *"o benefício da assistência judiciária gratuita, conquanto possa ser requerido a qualquer tempo, não retroage para alcançar encargos processuais anteriores"* (AgRg no REsp 1.144.627/SC, 5.ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 29/5/2012).

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

